



Município de
Carrazeda de Ansiães

Câmara Municipal

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2011

RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

O ano em análise ficou marcado pela grave situação económica que o País atravessa, com reflexos naturais na atividade dos municípios, agravando aqueles que com maior escassez de recursos financeiros. Este reflexo encontra-se traduzido no documento que, ora, se apresenta, encontrando-se este município no lote daqueles que mais reflexos negativos tiveram em resultado da crise que se vive.

O Relatório de Gestão é um documento que integra a Prestação de Contas e que tem por objetivo disponibilizar informação da entidade a que respeita, versando sobre áreas de carácter económico, financeiro e social.

A análise que este documento faz sobre a situação financeira do Município de Carrazeda de Ansiães no final de 2011 assenta nas vertentes orçamental e patrimonial.

Enquanto a execução orçamental reflecte a receita e a despesa de determinado exercício económico, o Balanço e a Demonstração de Resultados espelham a actividade do Município ao nível patrimonial, ou seja demonstram os seus bens, direitos e obrigações.

Este documento é, assim, um elemento de gestão estratégico e de análise comparativa entre a realidade projetada e aquela que, não decurso do ano, foi possível implementar e executar.

Em conclusão, apesar de vivermos numa conjuntura económica das mais adversas da nossa História, faço um balanço positivo do desempenho económico-financeiro do Município, consubstanciado pelos elementos, ora, apresentados e que submeto à apreciação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A análise da variação entre o orçamento final e o executado permite aferir da concretização dos projectos a que o Município se propôs, nomeadamente a capacidade de gestão dos seus recursos, bem como o esforço de angariação da receita, visto que esta angariação é que condiciona a despesa.

O orçamento de 2011 teve uma dotação total (receita e despesa) de 17.430.644€, tendo-se verificado um resultado de 10.245.269,53€ nas receitas cobradas, o que, acrescido com o saldo inicial, no valor de 677.204,95€, perfaz o montante de 10.922.474,48€. Ao nível das despesas realizadas, estas perfazem o montante de 10.150.685,91€, resultando, assim, um saldo que passa para a Gerência seguinte de 771.788,57€.

Em termos de taxa de execução, ao nível da receita temos uma taxa de 62,66% e ao nível da despesa de 58,24%.

O quadro que se segue mostra a estrutura da receita e da despesa segundo uma ótica corrente e de capital, sobressaindo que os maiores desvios ocorreram nos agregados da receita de capital.

Resumo das Receitas e das Despesas						
Designação	Receita			Despesa		
	Orçado	Executado	%	Orçado	Executado	%
Saldo G. Anterior	677.205	677.205	6.20	-	-	-
Corrente	8.081.937	5.731.132	52.47	7.654.835	5.779.445	52.91
Capital	8.671.501	4.514.138	41.33	9.775.809	4.371.240	40.02
Outras	-	-	-	-	-	-
Saldo G. Seguinte	-	-	-	-	771.790	7.07
Total	17.430.644	10.922.475	100	17.430.644	10.922.475	100

A estrutura da Prestação de Contas adotada segue a seguinte estrutura:

- Receita:
Receitas Próprias e Transferências.
- Despesa:
Despesas de Funcionamento, Transferências Correntes e Subsídios, Serviço da Dívida e Investimento Global.

PROCESSO ORÇAMENTAL

A Receita

No quadro que segue, apresentam-se os valores da previsão e da execução da receita.

Estrutura da Receita				
<i>Designação</i>	Previsão	Execução	Peso	Taxa Execução
<i>Receitas Correntes</i>	8 081 937	5.731.132	52.47	70.91
<i>Receitas de Capital</i>	8 671 501	4.514.138	41.33	52.06
<i>Outras</i>	677 206	677.205	6.20	100
<i>Total</i>	17.430.644	10.922.475	100	62.66

Pela análise do quadro pode-se depreender que as receitas arrecadadas no ano de 2011 totalizaram 10.922.475 €, obtendo uma taxa de execução de 62,66%, face à previsão orçamental, das quais 5.731.132 € corresponde ao montante arrecadado de receita corrente. No que se refere à receita de capital temos uma taxa de execução de 70,91 €, traduzida no valor de 4.514.138 €. Constata-se, portanto, que o maior desvio ocorreu nas receitas de capital, com uma taxa de execução de apenas 52,06%, receitas estas que a autarquia não tem, por assim dizer qualquer controle, porquanto está dependente de transferências externas.

O quadro infra reproduzido reflecte a natureza e o montante das receitas:

Estrutura da Receita		
<i>Receitas</i>	Execução	%
<i>Receitas Próprias</i>	1.520.427	14.84

Correntes	1.255.758	12.26
Capital	264.669	2.58
Transferências	8.724.843	85.16
Correntes	4.475.374	43.68
Capital	4.249.469	41.48
Total	10.245.270	100

De seguida, apresenta-se uma análise mais detalhada das receitas municipais:

Estrutura das Receitas Próprias

Receitas Próprias	Execução	%
Correntes	1.255.758	82.59
Impostos Directos	464.281	30.54
Impostos Indirectos	13.396	0.88
Taxas, Multas, Outras	47.363	3.11
Penalidades		
Rendimentos Propriedade	277.818	18.27
Venda bens/serviços	157.796	10.38
Outras Receitas	295.104	19.41
Capital	264.669	17.41
Venda Bens Investimento	22.378	1.47
Activos Financeiros	225.761	14.85
Outras Receitas	16.530	1.09
Total	1.520.427	100

Importa referir que as receitas próprias são aquelas que são geradas diretamente pelo Município na gestão corrente da atividade municipal, tendo atingido o montante de 1.520.427 €, destacando-se os fundos oriundos da cobrança de “Impostos Directos” que detêm um peso significativo no cômputo das receitas próprias, traduzindo-se no montante de 464.281 €.

Estrutura das Transferências

Transferências	Execução	%
Correntes	4.475.374	51.29

RELATÓRIO DE GESTÃO

<i>Fundos Municipais</i>	3.714.351	42.57
<i>Outras</i>	761.023	8.72
<i>Capital</i>	4.249.469	48.71
<i>Fundos Municipais</i>	2.355.532	27
<i>Exterior</i>	1.893.937	21.71
Total	8.724.843	100

Da análise do quadro anterior, a principal conclusão a extrair é o peso que as Transferências têm na estrutura da receita global, ou melhor, no orçamento da Câmara Municipal, cujo valor se cifrou em 8.724.843 €, sendo, portanto, notória a elevada dependência do município de receitas alheias, uma vez que o peso das receitas próprias é inferior ao peso das Transferências. De realçar que, para além da redução global, verificou-se uma retenção no Fundo de Equilíbrio Financeiro Corrente para o pagamento de despesas do Sistema Nacional de Saúde, provocando uma redução de liquidez na ordem dos 38.309 €.

A Despesa

Procede-se de seguida à avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento.

Estrutura da Despesa

<i>Designação</i>	Previsão	Paga	%	Taxa Execução
<i>Corrente</i>	7.654.835	5.779.445	56.94	75.50
<i>Capital</i>	9.755.809	4.371.240	43.06	44.81
Total	17.430.644	10.150.685	100	58.23

A primeira nota a reter é a de que a despesa realizada na gerência ascendeu a 10.150.685€, das quais 56,94% correspondem a despesas correntes e 43,06% a despesas de capital. Dentro da despesa na sua globalidade, justifica-se fazer uma análise mais detalhada de alguns dos seus subgrupos, dada a relevância que ocupam na estrutura geral da despesa.

Estrutura das Despesas de Funcionamento

	Paga	% Funcionamento	% Correntes	% Total
Pessoal	3.110.038	67.58	53.81	30.64
Aquisição Bens/Serviços	1.447.696	31.46	25.05	14.26
Outras Correntes	44.275	0.96	0.77	0.44
Total Funcionamento	4.602.009	100	79.63	45.34
Total Correntes	5.779.445		100	56.94
Total Geral	10.150.685			100

As despesas de funcionamento, no montante 4.602.009€, representam 45,34% do total das despesas e retratam o montante de encargos fixos e obrigatórios que o município tem que suportar. Tal como demonstrado, os “Encargos com o Pessoal” perfizeram o montante de 3.110.038 € da totalidade das despesas de funcionamento, sendo as que representam maior fatia, com uma taxa de execução de 67,58% e com uma execução de 30,64% do total geral das despesas. Da análise do quadro afere-se ainda que os valores dispendidos com a “Aquisição de Bens e Serviços”, totalizaram o montante de 1.447.696 € e representou 31,46 % do total executado das despesas de funcionamento e 25,05% do total das despesas correntes.

Estrutura das Transferências Correntes e Subsídios

	Paga	%
Transferências	1.049.860	99.92
Correntes		
Administração Local	880.097	83.76
Inst. S/ Fins Lucrativos	135.216	12.87
Famílias	34.547	3.29
Subsídios	900	0.08
Total Transf.+ Subsídios	1.050.760	100
Total Correntes	5.779.445	18.18
Total Geral	10.150.685	10.35

Do quadro supra citado verifica-se que as “Transferências da Administração Local” totalizaram um montante de 880.097€ e representam 83,76% do total das transferências correntes e subsídios. Nas “Instituições sem Fins Lucrativos”, estão as colectividades, associações de carácter social, cultural, humanitário e desportivo que apresentam um importante papel para o desenvolvimento do Concelho.

Estrutura do Investimento Global

	Paga	Investimento Global %
Aquisição Bens Capital	3.246.303	96.26
Transferências Capital	121.075	3.59
Activos Financeiros	5.100	0.15
Total	3.372.478	100

Note-se que é na rubrica “Aquisições de Bens de Capital”, que o investimento do Município tem maior expressão com um peso de 96.26% do Investimento Global. As “Transferências de Capital” detêm um peso de 3.59% no total do Investimento. Estas transferências destinam-se a financiar investimentos realizados pelas associações no concelho. No que toca aos “Activos Financeiros”, o Município de Carrazeda de Ansiães subscreveu capital na Agência para o Desenvolvimento do Vale do Tua no valor de 5.100€.

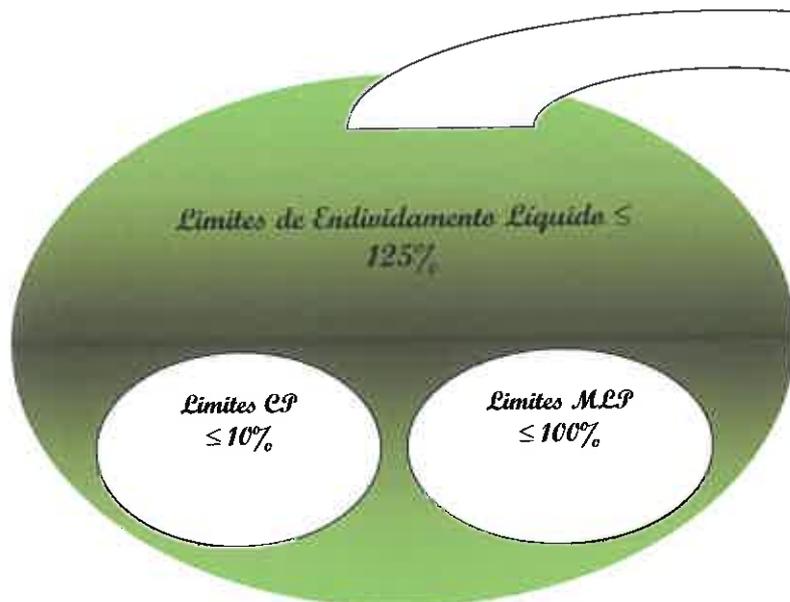
Estrutura do Serviço de Dívida

	Paga	%
Encargos Financeiros	126.678	11.25
Passivos Financeiros	998.762	88.75
Total	1.125.440	100

O serviço da dívida é composto pelo pagamento de amortizações e juros provenientes de empréstimos obtidos junto a instituições bancárias. Conclui-se que os “Encargos Financeiros” suportados pelo Município atingiram, no ano em causa, o montante de 126.678€, o que representa 11.25% do serviço da dívida e foram amortizados empréstimos no total de 998.762 €.

LIMITES AO ENDIVIDAMENTO

Para uma melhor perceção, temos:



Para o cálculo dos valores referentes ao ano de 2011, consideramos:

- Fundos Municipais 2011
- Participação de IRS 2010
- Impostos Municipais 2010

Estrutura de Endividamento

Endividamento	Limites
Líquido	8.181.439,34
Médio e Longo Prazo	6.545.151,47
Curto Prazo	654.515,15

Estes limites não só se verificaram, como ainda se situam em patamares confortáveis.

Situação face aos Limites

Endividamento	Margem
Líquido	3.415.462,74
Médio e Longo Prazo	899.613,36
Curto Prazo	654.515,15

ANÁLISE PATRIMONIAL E FINANCEIRA

Um dos documentos mais importantes na análise financeira é o Balanço, na medida em que apresenta a sua situação patrimonial reportada a 31 de Dezembro de 2011.

<i>Balanço</i>		2010	2011
Activo		25.519.165	28.894.210
Activo Fixo	Imobilizado	22.349.226	25.720.574
	Bens Domínio Publico	8.070.804	10.011.651
	Imobilizado Incorpóreo	1.402	1.402
	Imobilizado Corpóreo	14.277.020	15.707.521
Activo Circulante		3.165.323	3.162.654
	Existências	406.610	236.883
	Dívidas de Terceiros	1.820.951	1.840.426
	Disponibilidades	937.762	1.085.345
Acréscimos e Deferimentos		4.616	10.982
Fundos Próprios		16.826.213	21.421.810
	Património	2.875.618	2.875.618
	Reservas	385.587	385.587
	Resultados Transitados	16.743.011	13.893.868
	Resultado Líquido	-3.178.003	4.266.737
Passivo		8.692.952	7.472.400
	Dívidas a Terceiros mlp	6.644.123	5.645.538
	Dívidas a Terceiros cp	2.048.829	1.826.862

O conjunto de bens, direitos e obrigações que compõe o Activo do Município totalizava, no final do exercício, 28.894.210€, tendo este valor, maioritariamente, origem nos Fundos Próprios (21.421.810€) e não Passivos (7.472.400€). Da comparação dos Balanços ressaltam algumas alterações na situação financeira e patrimonial, sendo de destacar os seguintes aspectos:

- a) O Activo Líquido registou um acréscimo face ao ano transacto de 3.375.045€, impulsionado essencialmente pela persistente representatividade do Imobilizado.
- b) O *Imobilizado* de natureza “Corpórea” e os “Bens de Domínio Público” continuam a ser as parcelas com maior expressão, apossando-se de 61.07% e 38.92% respectivamente, do valor do Activo Líquido Imobilizado.
- c) O *Activo Circulante*, fundado nas “Existências”, nas “Dívidas de Terceiros” e nas “Disponibilidades”, agrega no final do exercício 10.94% do Activo Líquido.

Relativamente à rubrica dos “*Acréscimos e Diferimentos*”, esta diz respeito aos Seguros pagos em 2011, mas que se referem a custos no ano de 2012 e atingiram o montante de 10.982 €.

Os Fundos Próprios são constituídos maioritariamente pelos Resultados Transitados (64.86%) e pelo Património (13.42%). De salientar que o Passivo do Município é, maioritariamente, de médio e longo prazo, não fazendo, deste modo, pressão imediata sobre a tesouraria, assumindo também um peso reduzido quando comparado com o valor dos Fundos Próprios.

Ao nível do Passivo constata-se que houve uma redução, em relação ao ano anterior, facto que resulta essencialmente do comportamento da rubrica “Dívidas a Terceiros médio e longo prazos”. Os resultados alcançados no exercício em análise encontram-se patentes no quadro que a seguir se apresenta:

<i>Resumo da Demonstração de Resultados</i>		
	2010	2011
Operacionais (a)	-3.247.043	3.373.695
Financeiros (b)	-158.184	128.388
Extraordinários (c)	227.224	764.654
<i>RLE (a)+(b)+(c)</i>	-3.178.003	4.266.737

A Demonstração de Resultados apresenta os resultados económicos das operações realizadas no exercício. Convém referir, que os Resultados Operacionais foram os que sentiram uma maior variação passando de 3.247.043€ negativos para 3.373.695€ positivos; na base destes valores estiveram movimentos patrimoniais de regularizações e inventariações de anos anteriores. Tanto os Resultados Financeiros como os Resultados Extraordinários apresentam um saldo positivo no valor de 128.388€ e 764.654€, respetivamente. Pela observância do quadro, realça-se, à partida, o

facto do Município ter regressado a Resultados Líquidos de Exercício positivos, totalizando 4.266.737€, cuja sua origem assenta na actividade operacional, como se pode constatar.

RÁCIOS DE GESTÃO

Liquidez Geral = Activo Circulante/Passivo Exigível de cp = 173.11%

Índice de Solvência = Fundos Próprios/ Passivo = 286.67%

Autonomia Financeira = Fundos Próprios/ Activo Líquido = 74.13%

Dependência de Empréstimos = Empréstimos / Activo Líquido = 19.54%

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em conformidade com o ponto 2.7.3.4 do POCAL, a conta 51 “Património”, terá de ser reforçada até apresentar um valor contabilístico de 20 % do valor do Activo Líquido.

Por outro lado, o ponto 2.7.3.5 do POCAL, explicita que a conta 57.1 “Reservas Legais”, deve ser reforçada anualmente no valor mínimo de 5% do RLE.

Assim, nos termos do estipulado proponho à Câmara Municipal que aprove a seguinte aplicação de resultados: o RLE de 2011 apurado, no montante de 4.266.737,26€ que seja aplicado da seguinte forma:

- 1- Património: 2.903.224,34€.
- 2- Reservas Legais: 213.336,40€.
- 3- Resultados Transitados: 1.150.176,06€.

Carrazeda de Ansiães, Paços do Município, 29 de Março do ano de 2012.

O Presidente da Câmara Municipal,

José Luís Correia
(José Luís Correia)